

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: uma reflexão pedagógica sobre a rede social digital Facebook

Patrícia Guedes Corrêa Gondim - UFPB¹

Fernanda Mendes Cabral Albuquerque- UFPB²

Resumo

A temática das tecnologias digitais na educação no contexto da cibercultura e da sociedade do conhecimento se faz cada vez mais pertinente, tendo em vista os limites e possibilidades inerentes ao seu uso no espaço escolar. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo discutir as tecnologias digitais no contexto das políticas educacionais sob a perspectiva pedagógica da rede social Facebook. O elemento metodológico parte de um recorte bibliográfico com base em um diálogo teórico-conceitual trazendo conceitos relevantes para o entendimento da discussão proposta, como: inclusão digital, rede social e aprendizagem colaborativa. Inicialmente, destaca-se uma breve síntese das principais políticas públicas de fomento as tecnologias digitais nas escolas públicas; em seguida, aborda-se as redes sociais, em particular, o Facebook como um novo cenário educativo de aprendizagens e construção de conhecimento. Parcialmente, as conclusões indicam que os desafios ainda são emergentes havendo a necessidade de ações políticas e pedagógicas que dinamizem o uso das redes sociais como fenômeno canalizador de interação e potencialização de aprendizagens colaborativas.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Redes Sociais Digitais. Aprendizagem colaborativa.

Abstract

In the context of Education, Cyber culture and knowledge society, the thematic of digital technologies grows in pertinence and points out to endless limits and inherent possibilities of use at schools. Thus being, the present work aims to raise discussions about digital technologies in the context of educational policies under the perspective of Facebook social net. The methodological appraisal is part of a bibliographical cut based on a theoretical-conceptual dialogue that brings to light important concepts to aid discussion understanding, such as digital inclusion, social nets and collaborative learning. Initially, this article presents a synthesis of the main public policies for digital technologies at public schools and, in sequence, an approach the social nets, specifically

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB. profpatríciagondim@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB. fcabralcoelho@bol.com.br

Facebook, as a new educational scenery of learning and knowledge construction. Conclusions partially indicate that challenges are still emergent and there's need for political and pedagogic actions that strengthen the use of social nets as a channel for interaction in collaborative learning.

Keywords: Digital technologies. Social Nets. Collaborative Learning.

Introdução

As evoluções tecnológicas e os processos de globalização fizeram com que a educação ganhasse visibilidade, principalmente, na década de 1990, período em que muitos países passaram a reconhecê-la como meio capaz de formar pessoas para enfrentar os desafios decorrentes das mudanças sociais, econômicas políticas e culturais do século XXI.

Entretanto, tem ficado cada vez mais evidente que os desafios estão para além da democratização do acesso à escola e do sucesso dos sujeitos no processo de escolarização. Eles se configuram em desconstruir modelos educacionais ultrapassados que continuam “engessando” o conhecimento escolar ao desdenhar novos cenários educativos a partir do uso pedagógico da linguagem digital.

Nesse contexto, o Facebook se sobressai como uma Rede capaz de (re) significar novas formas de relações socioculturais, de formação de identidade e de relação com o conhecimento. Por isso, objetiva-se discutir as tecnologias digitais no contexto das políticas educacionais sob a perspectiva pedagógica da rede social Facebook.

Considera-se que as aprendizagens colaborativas são elementos fundantes das relações que se estabelecem na rede social digital Facebook, e que esse pode ser um espaço educativo, onde práticas curriculares, numa perspectiva transdisciplinar podem promover novos sentidos de educação e de ensino ao serem (re) construídas.

Tecnologias digitais e políticas educacionais

O atual cenário social, advindo da constante evolução tecnológica e do processo de globalização das relações econômicas e culturais, fez com que a educação ganhasse visibilidade ao ser reconhecida como um meio capaz de formar pessoas para enfrentarem os desafios que se impõem ante as injustiças e as desigualdades de um sistema social cada vez mais excludente.

Consolidada a ideia de que a educação deveria realizar as Necessidades Básicas de Aprendizagem (NEBAs) de crianças, jovens e adultos oriundos de diferentes grupos e culturas, Torres (*apud* SHIROMA, 2002, p. 58) as definiu como:

(...) conhecimentos teóricos e práticos, capacidades, valores e atitudes indispensáveis ao sujeito para enfrentar suas necessidades básicas em sete situações: 1) a sobrevivência; 2) o desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3) uma vida e um trabalho dignos; 4) uma participação plena no desenvolvimento; 5) a melhoria da qualidade de vida; 6) a tomada de decisões informadas e 7) a possibilidade de continuar aprendendo.

Tais necessidades compreendem, inclusive, *os instrumentos essenciais para aprendizagem*, como é citado na “Declaração Mundial de Educação para Todos”. No seu artigo 5 “Ampliar os meios e os raios de ação da educação básica” o documento afirma que:

Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos tradicionais, as bibliotecas, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos (UNESCO, 1990, p. 4).

Considera-se que a educação deve ser universal, garantir a satisfação das NEBAs e levar em consideração a cultura, as necessidades e as possibilidades da comunidade. Ressalta-se que se insere nas diversas necessidades a linguagem digital configurada no contexto da cibercultura³ e capaz de alterar as relações que se estabelecem em diversos âmbitos sociais, principalmente, no que concerne a construção do conhecimento.

Assim como Delors (2006) destaca a necessidade de um novo rumo na educação a partir da mudança e complexidade do mundo atual, Pereira (2005, p. 13) afirma: “quem dimensiona e promove a educação (...) não pode esquivar-se dos avanços tecnológicos que se impõe ao nosso cotidiano”. Portanto, a inclusão das tecnologias digitais na escola deve passar, necessariamente, pela configuração de novas formas de ensino e aprendizagem, dentre as quais se destacam as que podem ser promovidas através das redes sociais.

³ Conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. É o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores (LÉVY 1999).

O Brasil a partir dos compromissos firmados em Jomtien, estabeleceu o “Plano Decenal de Educação para Todos”, (1993),⁴ que foi apresentado em Nova Delhi. O documento foi aprovado pelas organizações internacionais presentes, que também ajudaram a elaborar a Declaração de Nova Delhi (1993), estabelecendo posições consensuais entre os nove países participantes. Foram declarados os compromissos em buscar atender as necessidades básicas de aprendizagem de todos os seus povos, tornando universal a educação básica e ampliando as oportunidades de aprendizagens para crianças, jovens e adultos. É relevante destacar dentre os sete objetivos gerais de desenvolvimento da educação básica expressos no Plano (1993) os itens:

2. Universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento; 4. Favorecer um ambiente adequado à aprendizagem.

Todavia, para manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento, o ambiente adequado à aprendizagem é imprescindível. Quanto a isso, não podemos desconsiderar a importância do acesso e uso consciente às novas mídias digitais, uma vez que estas funcionam como instrumentos pedagógicos capazes de enriquecer/dinamizar o processo educativo.

É claro que a preocupação da comunidade internacional com a educação, se dá sob as exigências que emergem da sociedade capitalista e globalizada. As ideias contidas no Plano Decenal de Educação para Todos foram desenvolvidas com base nas suas influências. Nesse sentido, a educação vista ante o emergente cenário social advindo da sociedade do conhecimento adquiriu um caráter de imprescindibilidade, tendo em vista a necessidade de que as pessoas desenvolvam conhecimentos essenciais e um conjunto mínimo de competências cognitivas, para que possam viver e conviver na sua complexidade.

É oportuno ressaltar que o Fórum Mundial de Educação para Todos, Dacar - Senegal, 2000, firmou o compromisso com a educação em estabelecer o cumprimento das metas da “Educação para Todos (EPT)” até 2015. Muitos países demarcaram compromissos no Evento, dentre eles, o Brasil, no sentido da universalização do ensino na direção de promover a EPT que segundo Torres (2001, p. 20) “(...) equivale a ‘Educação Básica para Todos’ entendendo-se por educação básica uma educação capaz

⁴ Os compromissos do governo brasileiro era garantir a satisfação das necessidades básicas de educação de seu povo, assegurando, até o ano de 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem voltados para as necessidades da vida contemporânea.

de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem - NEBA de crianças, jovens e adultos.”

No Brasil o movimento nacional para incluir todas as crianças, jovens e adultos na escola passou a dar novo rumo às expectativas educacionais, e, assim, iniciativas governamentais tomaram fôlego e se transformaram em algumas ações concretas que passaram a ser consolidadas através de programas e projetos educacionais.

Na perspectiva da implantação e implementação das tecnologias digitais nas educação brasileira é pertinente ressaltar o Programa mais antigo e, portanto, catalisador da informática nas escolas públicas: o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo). A portaria nº. 522/MEC, de 9 de abril de 1997, apresenta, no Art. 1º, como sua finalidade - “disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal”. Coordenado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED) ele funciona de forma descentralizada, em articulação com as Secretarias de Educação do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, nos quais, em cada unidade da Federação há uma Coordenação Estadual e os Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE.

Dez anos depois de sua criação, ou seja, em 2007, o Programa, a partir do decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, passou a ser denominado de Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Trata-se, evidentemente, de uma ampliação da visão do Ministério acerca das Tecnologias da Informação e Comunicação no espaço escolar, que não estão, exclusivamente, relacionadas ao uso dos recursos da informática. Dentre os objetivos do Programa, nessa nova versão, destacam-se elementos que reforçam a discussão proposta, a saber: promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação, nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais, e contribuir com a inclusão digital, por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, visando beneficiar a comunidade escolar e a população que fica perto das escolas⁵.

Está atrelada ao referido Programa uma proposta de formação, direcionada aos professores/as e gestores/as escolares e coordenadores/as pedagógicos/as. Trata-se do

⁵ Em 2007, ao trazer a questão da democratização das TICs nas escolas rurais, o Proinfo, foi “separado” em Proinfo urbano e Proinfo rural, sendo estabelecidas pelo MEC exigências quanto à infraestrutura das escolas nos municípios para adesão ao Programa, além de quantidades e especificidades quanto aos aspectos logísticos oferecidos pelo MEC.

Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado) voltado para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano escolar. Tal formação está articulada com a distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e a oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais⁶.

O breve histórico indica que há por parte das ações políticas e governamentais uma preocupação com a questão da inclusão escolar dos sujeitos, assim como, com as perspectivas de fomento a sua aprendizagem acerca do uso das tecnologias digitais. Todavia, é possível que sejam ainda muito tímidas nas escolas práticas pedagógicas direcionadas ao uso das ferramentas, sobretudo, no que concerne as perspectivas de aprendizagem no âmbito das redes sociais digitais. Ao considerar que o Facebook é uma das Redes mais usadas por jovens em idade escolar, faz-se pertinente uma discussão sobre suas possibilidades pedagógicas.

Uma visão pedagógica da Rede Social Digital Facebook

Marteleto (2001, p.72) compreende que as redes sociais representam “(...) um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”. Trata-se de “uma forma de organização caracterizada fundamentalmente pela sua horizontalidade, isto é, pelo modo de inter-relacionar os elementos sem hierarquia” Costa et al (2003, p. 73). Isso remonta o interesse em trazer à tona uma discussão sobre as potencialidades pedagógicas do Facebook.

Criado em 2004, por Mark Zuckerberg e alguns colegas, estudantes da Universidade de Harvard, o Facebook, atualmente, é a rede social digital mais utilizada em todo o mundo⁷ e tem se sobressaído como um “território” em cuja fluidez do seu

⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13156>. Acesso em 08 set 2013.

⁷ Atualmente, há cerca de 71 milhões de perfis de Facebook registrados no Brasil. O país passou a ser o segundo no mundo com mais contas registradas Dados publicados em 18 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/facebook/38693-brasil-e-o-segundo-pais-com-mais-contas-registradas-no-facebook.htm#ixzz2YPrUAVim>>. Acesso em: 06 jul 2013.

ciberespaço⁸ se configuram novas formas de interação e de aprendizagens estudadas no âmbito das ciências humanas e sociais.

A geração digital (web 2.0) se caracteriza por formas de comunicação idiossincráticas. É inquestionável a adesão e as possíveis influências socioculturais do Facebook no cotidiano de pessoas que têm a possibilidade de ter acesso ao computador e à internet em seu dia a dia, dentre as quais, inserem-se crianças, adolescentes em idade escolar estudantes e professores universitários. A linguagem hipertextual⁹, as práticas de interação (curtir, comentar, compartilhar, publicar), as possibilidades de exercício da autonomia e da performatividade de práticas identitárias acerca da divulgação dos modos de ser e de viver dos sujeitos são extremamente convidativas.

É a partir dessas elucidações que se propõem práticas educativas que fomentem aprendizagens explorando situações vivenciadas pelos usuários/as no “território” do Facebook, no sentido de construção de saberes e conhecimentos pertinentes ao seu processo de formação capazes de ser pedagogicamente sistematizados no currículo escolar com o uso da Rede Social.

Os esforços para empreender possibilidades de ensino-aprendizagem, a partir de uma abordagem pedagógica no Facebook, requer, antes de tudo, que se conceba o currículo como um campo de luta por significações que se expressam em meio a tensões e relações de poder e que contribuem para a produção de subjetividades. “Pequenas chamas evanescentes de subjetividade unitária correm na rede como fogos fátuos no matagal de multiplicidade” (LÉVY, 1993, p. 173).

É necessário reconhecer que o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. Ele está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas e produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal, ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA e SILVA, 2008, p. 7-8).

⁸ O ciberespaço, também chamado por Lévy (1999) de “rede”, é um dispositivo de comunicação interativo e comunitário, que se apresenta como um dos instrumentos privilegiados da inteligência coletiva e específica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (p. 17-29).

⁹ Conjunto de nós ligados por conexões, que podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras (...). O autor associa o hipertexto à ‘tecnologia intelectual’, considerando que o sistema cognitivo humano também é não linear e hipertextual (LÉVY, 1993, p. 33).

De acordo com Lévy (1993, p. 26), “a rede não está no espaço, ela é espaço”. Sua mobilidade revela a inexistência de um único centro, mas de vários centros móveis, cujos nós são igualmente funcionais e multiconectados em ramificações infinitas, denominadas de rizomas, que correm para desenhar mais à frente paisagens de sentido.

Percebe-se que Lévy (2007, p. 28-29) busca ressignificar o conhecimento no sentido de uma inteligência coletiva, “distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”, e ressalta como objetivo da referida inteligência, o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas, e não, o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas. Desse modo, “A direção mais promissora que traduz a perspectiva da inteligência coletiva no domínio educativo, é a da aprendizagem colaborativa (LÉVY, 1999, p.171).

O teórico também tem discutido a questão das comunidades virtuais como um estímulo à formação de inteligências coletivas, às quais os indivíduos podem recorrer para trocar informações e conhecimentos. Percebe o papel das comunidades como o de filtros inteligentes que possibilita lidar com o excesso de informação e que nos abre às visões alternativas de uma cultura. Suas perspectivas teóricas indicam que:

Devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos. No lugar de uma representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas ‘níveis’ organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo para saberes ‘superiores’ a partir de agora devemos preferir a imagem de espaço de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva (LÉVY, 1999, p. 158).

Nesse sentido, novas possibilidades abrem-se quanto à relação do sujeito com a informação e o conhecimento. Para Kensky (2007), as tecnologias digitais rompem com as formas narrativas e repetidas da oralidade e com o encaminhamento contínuo e sequencial da escrita. Deixa de lado a estrutura serial e hierárquica na articulação dos conhecimentos e se abre para o estabelecimento de novas relações entre conteúdos, espaços, tempos e pessoas diferentes.

Ainda na mesma direção, Lévy (1999) destaca que a internet proporciona a democratização da informação, ao defender a ideia do “universal sem totalidade”, e afirma que pode propiciar interação entre as pessoas. O autor ressalta o seu caráter

humanizador ao impossibilitar a monopolização do saber, visto que os próprios espaços de criação mudaram com o advento das recentes tecnologias.

A apropriação das tecnologias digitais muda o próprio ato de conhecer, assim como a relação dos sujeitos com o saber e suas formas de intervir no mundo. A questão da inclusão social e digital constitui dois lados de uma mesma moeda, porquanto, à proporção que o sujeito vai se apropriando dos recursos, passa a se inserir nas práticas sociais contemporâneas. Quanto a isso, Warschauer (2006, p. 25) destaca que “a capacidade de acessar, adaptar e criar novo conhecimento por meio do uso da nova tecnologia de informação e comunicação é decisiva para a inclusão social na época atual”.

Isso posto, percebe-se que novas relações se estabelecem com o saber e com aqueles/as que o produzem precisam ser inseridas em um novo contexto. Então, desterritorializar a escola de seu contexto concreto, por meio da descentralização da informação e da expansão das interações entre todos os que a habitam, entre eles e a comunidade circundante e pessoas de todas as partes, intensifica o contato com manifestações culturais diversificadas e abre novas perspectivas sobre o sentido de ser e estar em determinado tempo e lugar (LÉVY, 2001).

Últimas considerações

Cada vez mais crianças e jovens em idade escolar passam a ter acesso à rede mundial de computadores, seja através das tímidas políticas de democratização da informática nas escolas públicas, seja através das lan houses ou em suas próprias casas. A rede social digital Facebook é um fenômeno mundial, cujo número de atores não para de crescer, expondo suas ideias, traduzindo seus sentimentos ou flexionando aquilo que recebem dos outros através de um processo intersubjetivo de significativa relevância.

Para que haja, efetivamente, uma política de implementação de práticas educativas com o uso de recursos tecnológicos informacionais nas instituições escolares, principalmente, quanto ao uso das redes sociais, é necessário pensar em formação docente e não apenas no acesso às tecnologias e ao uso delas com base em uma racionalidade operativa, mas no uso crítico da linguagem informacional como expressão de mais uma forma de produzir, compartilhar e (re) significar conhecimentos, a partir de uma racionalidade complexa e polifônica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos – 1993-2003**. MEC. Brasília, 1993. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe online](http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe_online)>. Acesso em: 14 jun. 2008.

COSTA, Larissa et al. (Coord.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

DELORS, Jacques (Org.) **Educação: um tesouro a descobrir**. 10.ed. Brasília-DF/ MEC; UNESCO, São Paulo: Cortez, 2006.

KENSKY, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 5 ed. São Paulo: Loyola. 2007.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência. O futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, João Thomaz. Educação e Sociedade da Informação In: COSCARELLI, Carla e RIBEIRO, Ana. Elisa. (Org.) **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte, Ceale: Autêntica, 2005.

SHIROMA, Eneida Otto. **Política educacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para Todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: **a exclusão digital em debate**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000108.pdf>> Acesso em: 05 mai 2008.